

HABEAS CORPUS Nº 489.320 - SC (2019/0010587-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JACKSON GREGORIO HELEODORO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JACKSON GREGORIO HELEODORO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4032024-43.2018.8.24.0000).

O paciente teve sua prisão preventiva (17/9/2018) decretada pela suposta prática do crime de latrocínio.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 738):

HABEAS CORPUS. IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE LATROCÍNIO. (ART. 157, § 3º, DO CÓDIGO PENAL). NEGATIVA DE AUTORIA. VIA IMPRÓPRIA AO DESLINDE DA MATÉRIA. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ELEMENTOS SÓLIDOS E INDÍCIOS CONSISTENTES DA NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, AO MENOS POR ORA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. TRAMITAÇÃO NORMAL DO FEITO. INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO VÁRIOS AGENTES – 5 PESSOAS. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. EXCESSO DE PRAZO NÃO VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA EM PARTE E DENEGADA.

No presente *writ*, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada do paciente.

Busca, assim, seja revogada a custódia.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 753/754.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 839/843).

É o relatório.

Decido.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 27/3/2020, de sentença condenatória em desfavor do ora paciente, ocasião em que lhe foi concedido o direito de recorrer em liberdade, expedido o competente alvará de soltura.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator